

CIDADANIA E DEMOCRACIA: UMA ABORDAGEM NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CITIZENSHIP AND DEMOCRACY: AN APPROACH IN SECONDARY EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Recebido em: 16/10/2025

Reenviado em: 27/01/2025

Aceito em: 13/02/2025

Publicado em: 24/04/2025

Douglas Ribeiro Nunes¹ 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Eduardo André Mossin² 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o papel da educação na promoção da cidadania e da democracia no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, além de apresentar um produto educacional desenvolvido com o intuito de capacitar os discentes a se tornarem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. O artigo explora como a democracia, a cidadania e a gestão democrática podem ser estimuladas em ambientes escolares, promovendo uma formação cidadã mais crítica. A pesquisa foi realizada com alunos do ensino médio integrado do Instituto Federal de São Paulo, *Campus Itapetininga*, e envolveu a aplicação de um produto educacional estruturado em uma palestra dialogada e uma simulação eleitoral, voltado à conscientização sobre temas relacionados à gestão democrática e participativa. A metodologia incluiu a aplicação de questionários que permitiram avaliar o impacto desse produto educacional sobre a compreensão dos alunos acerca desses temas. Os resultados indicam que a abordagem aplicada contribuiu para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, prontos para atuar de forma responsável na sociedade.

Palavras-chave: Cidadania; Democracia; Ensino Médio.

Abstract: This article aims to discuss the role of education in promoting citizenship and democracy in the context of Vocational and Technological Education, as well as presenting an educational product developed with the aim of enabling students to become citizens who are aware of their rights and duties. The article explores how democracy, citizenship and democratic management can be stimulated in school environments, promoting a more critical citizen education. The research was carried out with integrated high school students at the Federal Institute of São Paulo, *Campus Itapetininga*, and involved the application of an educational product structured around a talk and an electoral simulation, aimed at raising awareness of issues related to democratic and participatory management. The methodology included questionnaires to assess the impact of this educational product on students' understanding of these issues. The results indicate that the approach applied contributed to the development of citizens who are more aware of their rights and duties and ready to act responsibly in society.

Keyword: Citizenship; Democracy; High School.

¹ Servidor Público do Instituto Federal de São Paulo *Campus Itapetininga/SP*. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de São Paulo. Brasil, São Paulo, Sertãozinho. E-mail: douglasribeiro@ifsp.edu.br

² Professor Doutor do Instituto Federal de São Paulo, *Campus Sertãozinho*. Foi Diretor de Pesquisa (4 anos) e Diretor Geral (4 anos) do mesmo campus. Hoje, dentre outras atividades, é professor do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). E-mail: emossin@ifsp.edu.br

INTRODUÇÃO

A formação cidadã é um processo de grande importância que visa o desenvolvimento de competências, valores e conhecimentos essenciais para a capacitação dos indivíduos, contribuindo para o progresso social e político do país. A educação para a cidadania abrange princípios éticos, morais e democráticos, enfatizando a importância de entender os direitos e deveres que sustentam a construção de uma sociedade justa e equitativa.

Para que os alunos se tornem cidadãos ativos e responsáveis, é fundamental cultivar habilidades como o pensamento crítico, a capacidade de tomar decisões informadas e a participação na vida pública. O conhecimento dos direitos e responsabilidades, assim como a compreensão das instituições democráticas e do processo de participação política, são elementos essenciais nesse processo. A democracia é um sistema que se fundamenta na participação do povo na tomada de decisões políticas, permitindo que a voz da população seja ouvida e respeitada. Neste cenário, a escola desempenha um papel central na formação de cidadãos conscientes e engajados, pois é um espaço privilegiado para a promoção de valores democráticos e para a educação cívica. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, reforça que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e para a qualificação para o trabalho.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também destaca a importância da educação voltada para a formação cidadã e democrática dos educandos. O documento que fundamenta a educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio preconiza que o ensino deve ser orientado para formar cidadãos capazes de compreender e atuar de forma ética e competente na sociedade. Diante desse contexto, este artigo teve como objetivo investigar a formação cidadã e democrática dos alunos do ensino médio integrado do IFSP no *Campus* Itapetininga e buscou-se promover um entendimento mais aprofundado sobre cidadania e democracia por meio da aplicação de um produto educacional, visando capacitar os alunos a se tornarem cidadãos críticos e responsáveis. Com base em pesquisas que exploraram a formação atual dos estudantes, foi desenvolvido um produto educacional que apresentou conteúdos relevantes sobre cidadania, da democracia e gestão democrática e participativa na escola, estimulando a reflexão e o engajamento dos estudantes.

Após a aplicação deste produto, observou-se um avanço significativo nos conhecimentos dos alunos, permitindo concluir que a educação pode e deve capacitar os jovens a serem agentes transformadores em suas comunidades. A formação cidadã e democrática é, portanto, um pilar essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e participativa,

e este trabalho pretende fornecer subsídios que ajudem os alunos a compreenderem a importância de seu papel como cidadãos responsáveis, contribuindo positivamente para o bem-estar coletivo.

Cabe informar que este artigo é baseado na dissertação de minha autoria intitulada "Uma Formação Cidadã: Bases Conceituais e Jurídicas sobre Cidadania, Democracia e Gestão Democrática Aplicadas ao Ensino Médio Integrado" e a pesquisa foi devidamente aprovada devidamente pelo Comitê de Ética junto ao IFSP.

Este artigo está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, são apresentadas as bases conceituais do Ensino Médio Integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o breve histórico desta modalidade de ensino. O segundo capítulo aborda a relação entre democracia, cidadania e gestão democrática escolar no contexto da EPT. No terceiro, são discutidos os métodos utilizados para a pesquisa, detalhando as abordagens e procedimentos adotados. O quarto capítulo aprofunda a análise dos resultados obtidos a partir dos métodos aplicados. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais são sintetizadas as principais conclusões e contribuições deste estudo.

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A educação profissional e tecnológica no Brasil tem evoluído ao longo dos anos para atender às demandas de um mercado de trabalho em constante transformação. Esse processo começou no século XIX, com a criação das escolas de aprendizes artífices, que visavam formar jovens para o mercado. Essas instituições surgiram como resposta à industrialização e ao crescimento urbano, exigindo mão de obra qualificada.

Em 1909, o Serviço de Proteção ao Trabalhador Menor (SPTM) foi instituído, estabelecendo diretrizes para a qualificação de jovens trabalhadores, promovendo assim a formação técnica. Em 1937 aconteceu a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que tem como objetivo a capacitação dos trabalhadores da indústria.

A Constituição Federal de 1988 trouxe melhorias significativas ao ensino profissional, considerando-o um direito de todos e prevendo a criação de redes de educação profissional e tecnológica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 também definiu as bases para a organização da educação profissional.

No entanto, a adoção de medidas neoliberais na educação, como o Decreto nº 2.208/97, separou o ensino médio do técnico, o que foi visto como antidemocrático e reforçou a dualidade

da educação no país. A revogação desse decreto em 2004, por meio do Decreto nº 5.154, restaurou a integração entre as modalidades de ensino, alinhando-se às necessidades educacionais do Brasil.

Frigotto, Ciavatta e Ramos afirmaram:

[...]o que se buscava no projeto de LDB aprovado na Comissão da Câmara e que se tenta resgatar com o Decreto n. 5.154/2004, com todas as contradições já assinaladas, é a consolidação da base unitária do ensino médio, que comporte a diversidade própria da realidade brasileira, inclusive possibilitando a ampliação de seus objetivos, como a formação específica para o exercício de profissões técnicas. Em termos ainda somente formais, o Decreto n. 5.154/2004 tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queira assegurar na disputa da LDB na década de 1980. Daqui por diante, dependendo do sentido em que se desenvolva a disputa política e teórica, o “desempate” entre as forças progressistas e conservadoras poderá conduzir para a superação do dualismo na educação brasileira ou consolidá-la definitivamente (Frigotto; Ciavatta; Ramos 2005, p. 37).

Com a evolução, a Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando o acesso à educação profissional em todo o país.

Avançando agora para a formação integral no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica temos que é um tema importante na educação contemporânea, visando um desenvolvimento que vai além da simples aquisição de competências técnicas. Essa abordagem busca promover o desenvolvimento humano em sua totalidade, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas também os afetivos, sociais e éticos dos estudantes. A EPT deve preparar os alunos para atuarem de forma crítica e consciente na sociedade.

Para entender melhor o conceito de formação integral, é importante reconhecer sua abrangência dentro do contexto educacional. Essa abordagem não se limita ao aprendizado de habilidades específicas; ela também envolve o desenvolvimento de dimensões histórico-sociais, culturais e científicas. Assim, os estudantes devem não apenas dominar os conteúdos de suas áreas de atuação, mas também compreender seu papel na sociedade e contribuir para a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Além disso, a formação integral nos projetos pedagógicos dos cursos da EPT deve integrar diferentes disciplinas do currículo, promovendo uma conexão mais efetiva entre teoria e prática. A participação dos alunos em atividades extracurriculares, como projetos de pesquisa e extensão, é fundamental para estimular seu protagonismo e autonomia. A formação integrada deve ser vista como uma obrigação ética e política que assegure uma base unificada de formação geral.

O Ensino Médio Integrado (EMI) surge como uma proposta educacional que combina a formação geral do ensino médio com a formação técnica e profissionalizante. Essa união visa oferecer uma preparação mais completa e adequada às exigências do mundo de trabalho, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade (Carvalho *et al.*, 2019).

Ciavatta e Ramos (2011) destacam a educação integral como iniciativa relevante para superar a dualidade estrutural:

No horizonte permanece a necessidade de se construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores (Ciavatta; Ramos, 2011, p. 31).

Essa integração é uma estratégia pedagógica que articula saberes teóricos e práticos, proporcionando aos alunos uma aprendizagem mais significativa.

Para Ramos

um projeto de Ensino Médio Integrado ao Ensino técnico, tendo como eixo o trabalho, a ciência e a cultura, necessita superar o histórico conflito existente e tornar o papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo e, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para a ciência e tecnologia (Ramos *et al.*, 2005, p. 17).

A interdisciplinaridade é um dos pilares fundamentais do EMI, pois a interação entre disciplinas permite uma compreensão mais ampla e complexa do conhecimento. Essa abordagem fortalece a formação do pensamento crítico e desenvolve habilidades necessárias para a vida em sociedade

No entanto, a implementação do EMI no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. Superar essas dificuldades requer um esforço coletivo de todos os envolvidos na educação.

Apesar das adversidades, a formação integrada se mostra como uma proposta promissora para a educação brasileira. Essa abordagem pode contribuir para a formação de profissionais mais capacitados e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que promove uma educação mais significativa. Para que isso ocorra, é necessário um trabalho conjunto e colaborativo entre educadores, alunos, Estado e a comunidade.

DEMOCRACIA, CIDADANIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR NA EPT

A democracia, um sistema onde o poder emana do povo, é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade justa e equitativa. É um sistema político onde o poder é exercido pelo povo, seja por meio do voto direto ou de representantes eleitos (Lenza, 2019). Ela não se restringe apenas ao ato de votar, mas envolve a participação ativa dos cidadãos em todas as esferas da vida pública.

Hans Kelsen afirma que:

O significado original do termo “democracia” remonta à Grécia Antiga, que o conceituava como “governo do povo” (*demos* = povo e *kratein* = governo). A essência do fenômeno político designado pelo termo era a participação dos governados no governo, o princípio de liberdade no sentido de autodeterminação política; e foi com esse significado que o termo foi adotado pela teoria política da civilização ocidental. (...) É evidente que, tanto na Antiguidade quanto em nossa época, um governo do povo é desejado pelo fato de tal governo ser, supostamente, para o povo. Um governo ‘para o povo’ significa um governo que atua no interesse do povo. Mas a questão relativa ao que seja o interesse do povo pode ser respondida de maneiras diversas, e aquilo que o próprio povo acredita ser seu interesse não constitui, necessariamente, a única resposta possível. Pode-se até mesmo duvidar da existência de algo como uma opinião do povo sobre o seu próprio interesse e de uma vontade do povo dirigida para sua realização (Kelsen, 2020, p. 140).

A cidadania, nesse contexto, é um conceito central que abrange tanto os direitos quanto os deveres dos indivíduos dentro da comunidade. Para que a democracia se fortaleça, é imprescindível que os cidadãos compreendam seu papel ativo, não apenas como votantes, mas como agentes de mudança social.

A educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de exercer sua cidadania de maneira plena. O ambiente escolar deve ser um espaço onde os valores democráticos são cultivados, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades de pensamento crítico e participação ativa. Ao aprender sobre seus direitos e responsabilidades, os estudantes se tornam mais aptos a se envolverem em questões que afetam suas vidas e suas comunidades. Isso não significa apenas ter acesso à informação, mas também ser capaz de analisá-la e utilizá-la para questionar e debater.

Tanto é que a própria Constituição Federal deixou essa temática expressa:

Art. 205 - **A educação**, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

E replicado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 2º **A educação**, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

A democracia e a cidadania são interligadas, pois a democracia robusta requer cidadãos engajados e informados, enquanto a cidadania ativa fortalece as instituições democráticas. É fundamental que a educação promova uma compreensão ampla desses conceitos, preparando os jovens para serem protagonistas em suas comunidades. Dessa forma, a formação cidadã não apenas contribui para o desenvolvimento individual, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e participativa, onde cada voz tem valor e cada cidadão desempenha um papel significativo na vida pública.

A cidadania está relacionada à capacidade reflexiva dos indivíduos, que usam seu conhecimento para tomar decisões informadas e participar ativamente da sociedade. Isso sugere que, na era moderna, a cidadania é uma construção dinâmica e adaptativa, que enfrenta novos desafios e oportunidades (Giddens, 1990).

Um aspecto vital da educação para a cidadania é a promoção de práticas que incentivem a participação direta dos alunos em processos democráticos.

Tal premissa tem amparo no documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada:

Esse ensino médio deve ser orientado, tanto em sua vertente dirigida aos adolescentes como ao público da EJA, **à formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural** e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos (Brasil, 2007).

Isso pode ser feito através de atividades como debates, assembleias e simulações eleitorais, que permitem que os estudantes experimentem a democracia em ação. Ao participar dessas experiências, eles aprendem sobre a importância da colaboração, do respeito à diversidade de opiniões e da construção de consensos.

Além disso, a cidadania ativa também está ligada à participação em causas sociais e políticas. Cidadãos bem-informados e comprometidos são essenciais para a construção de uma sociedade que valoriza a justiça social, a equidade e a solidariedade. O exercício da cidadania vai além do voto; inclui o envolvimento em movimentos sociais, a defesa de direitos e a busca

por mudanças nas políticas públicas. Quando os cidadãos se mobilizam e se organizam, têm o poder de influenciar decisões que impactam suas vidas e as de outros.

Nessa mesma esteira temos ainda a gestão participativa e democrática escolar que é um elemento essencial para a efetividade e a qualidade da Educação Profissional e Tecnológica. Esse modelo de gestão envolve a inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar alunos, docentes, técnicos administrativos e gestores nos processos decisórios, promovendo um ambiente educacional mais democrático e colaborativo. No contexto do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), essa abordagem se traduz em práticas que visam fortalecer a participação e a responsabilidade compartilhada na administração da escola.

A implementação da gestão democrática na EPT é uma oportunidade para formar cidadãos críticos e responsáveis. Ao permitir que diferentes vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões, a gestão participativa incentiva um clima de respeito e inclusão, no qual todos os membros da comunidade escolar têm a chance de contribuir com suas perspectivas e sugestões. Isso não só melhora a qualidade do ambiente escolar, mas também cria um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva entre os alunos.

A gestão democrática no âmbito escolar tem, inclusive, previsão na lei 14.644, de 2 de agosto de 2023 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal **definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica**, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

§ 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II – demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

III – estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

IV – pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

V – membros da comunidade local (Brasil, 1996).

Não menos importante, a Constituição Federal de 1988 prevê a promoção da gestão democrática no ambiente escolar:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

(...) (Brasil, 1988).

Um exemplo prático da gestão participativa é a atuação do Conselho de *Campus* (CONCAM), que serve como um espaço de deliberação onde as decisões são tomadas em conjunto. Neste conselho, representantes de diversas categorias da comunidade escolar podem discutir e propor soluções para questões relevantes, garantindo que as decisões reflitam a realidade e as necessidades de todos os envolvidos. Essa prática não apenas fortalece a democracia interna da instituição, mas também prepara os alunos para o exercício da cidadania em um contexto mais amplo, pois aprendem a importância de se engajar em discussões e a defender seus pontos de vista.

As eleições para cargos de liderança, como a direção geral e reitor, são outro aspecto crucial da gestão democrática. Essas eleições oferecem aos alunos a oportunidade de participar ativamente do processo político escolar, permitindo que avaliem propostas e escolham seus representantes. Essa vivência é fundamental para que os estudantes compreendam a importância de sua voz e voto, desenvolvendo habilidades que serão essenciais para sua participação na sociedade.

Além disso, o Grêmio Estudantil desempenha um papel vital na promoção da gestão participativa. Ele funciona como uma plataforma para que os alunos expressem suas opiniões, organizem atividades e debatam questões relevantes. Essa organização é essencial para fomentar a cultura de participação e engajamento entre os estudantes, preparando-os para o exercício de sua cidadania em um contexto mais amplo.

Sobre a gestão democrática na escola, Araújo (2009) destaca a relevância de desenvolver o pluralismo e diversidade de ideias, como também promover canais para a efetivação da democracia nas instituições de ensino:

Ao conceber a instituição educativa como espaço público onde se manifesta a diversidade de opiniões e a disputa de poder político, outro elemento fundamental e indispensável na definição desse processo é o pluralismo. Pluralismo entendido como o respeito ao outro, às diferentes opiniões, à diversidade de pensar. Enfim, o reconhecimento da existência de diferenças de identidade e de interesses que convivem no interior da escola e que sustentam, por meio do debate e do conflito de ideias, o próprio processo democrático. (...) Sobressai, aí, a importância da construção de canais democráticos que venham no sentido de permitir o debate aberto entre os diversos interesses que se manifestam na escola, fazendo com que as reflexões e deliberações sobre o contexto escolar sejam viabilizadas como consequência do embate estabelecido. Ou seja, a construção do consenso em torno de projetos educacionais vindos a partir do conflito de ideias e do respeito aos diferentes projetos existentes no interior das instituições escolares (Araújo, 2009, p. 256-257).

A gestão participativa e democrática na EPT não apenas melhora a qualidade da educação, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. Por meio da participação ativa em processos de gestão, os alunos desenvolvem habilidades importantes, como a liderança e a colaboração. Essa abordagem promove um ambiente educacional que valoriza a diversidade de opiniões e a inclusão, fundamentais para o fortalecimento da democracia. Ao se envolverem em práticas de gestão, os estudantes não apenas aprendem a importância de sua participação, mas também se tornam agentes de mudança em suas comunidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada no *campus* Itapetininga do Instituto Federal de São Paulo, uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica que oferece cursos de ensino médio integrado. O público-alvo foram alunos do quarto ano do curso técnico em informática integrado ao ensino médio. Esse ambiente, que combina formação técnica com educação geral, foi ideal para explorar os temas de cidadania e democracia. A participação dos alunos foi voluntária e abrangeu todas as fases da pesquisa: diagnóstico, aplicação do produto educacional e avaliação.

Inicialmente, foi aplicado um questionário diagnóstico para avaliar o conhecimento prévio dos alunos sobre democracia, cidadania e participação política. Após isso, foi desenvolvido e aplicado um o produto educacional (Nunes; Mossin, 2024) na forma de uma sequência didática dividida entre 7 atividades: debate aberto para introdução do tema; Palestra dialogada sobre democracia e cidadania no ensino médio integrado e gestão democrática na EPT; Simulação de eleição com propostas dos candidatos; Questionamentos e devolutivas dos eleitores; Votação; Apuração dos votos; Avaliação.

Após a aplicação do produto educacional, foi aplicado o questionário avaliativo para medir o impacto da sequência didática e comparar os resultados com os dados obtidos no diagnóstico inicial.

Para a análise dos dados obtidos, foi utilizada a Análise de Livre Interpretação (ALI), uma metodologia qualitativa que se mostrou adequada para captar as essências das respostas discursivas dos participantes além de haver a integração entre as experiências práticas, teóricas e vivenciais dos pesquisadores e um referencial teórico, o que possibilita uma interpretação mais rica e contextualizada dos dados coletados.

Nesse sentido, a ALI vai ser somada ao conhecimento em que se aportou o professor-pesquisador, na experiência pessoal de cada sujeito envolvido na pesquisa, nas relações que dispõem canais verbais e não verbais, como forma de interações que comungam compreensão e captação dos contextos circundantes e comunicativos. Esses são constitutivos de uma autorização ao pensamento expresso nos pressupostos e de tudo mais que o acompanha como análise – reflexão, intuição, razão, emoção, elaboração, leituras e concepções de realidade – bem como as significações das falas e dados que remetem ao passaporte e à autenticidade no fazer da pesquisa (Anjos; Rôças; Pereira, 2019, p.32).

A ALI permitiu explorar com profundidade as percepções e reflexões dos alunos, identificando padrões e tendências em seus discursos, além de revelar mudanças cognitivas e atitudinais que ocorreram ao longo da aplicação do produto educacional. A utilização da ALI foi fundamental para compreender não apenas o que os alunos responderam, mas também como interpretaram e se relacionaram com os conceitos de cidadania e democracia discutidos ao longo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa revelaram avanços na formação cidadã e democrática dos alunos do ensino médio integrado após a aplicação do produto educacional. A análise dos dados coletados, tanto por meio do questionário diagnóstico quanto do questionário avaliativo, demonstrou mudanças significativas nas percepções dos estudantes sobre os conceitos de cidadania e democracia.

Os dados obtidos através do questionário diagnóstico indicaram que muitos alunos possuíam um entendimento limitado sobre os direitos e deveres que compõem a cidadania e sobre a democracia. As respostas sugeriram que, embora os estudantes reconhecessem a importância da participação política, muitos não estavam plenamente cientes de como isso se

manifestava em suas vidas diárias. Esse cenário destacou a necessidade de uma intervenção pedagógica que abordasse esses aspectos de forma aprofundada.

Após a aplicação do produto educacional, que incluiu basicamente palestra dialogada e uma oficina de simulação de eleição, os dados do questionário avaliativo mostraram um aumento significativo no entendimento dos alunos sobre os temas abordados. Os alunos relataram que a palestra interativa proporcionou um espaço de discussão, estimulando o pensamento crítico e o questionamento sobre temas cívicos e sociais. A oficina de simulação de eleição, por sua vez, proporcionou uma experiência prática que facilitou a compreensão do processo democrático, desde a candidatura até a votação.

Os resultados indicaram também uma maior disposição dos alunos em participar ativamente da vida política e social de suas comunidades. Muitos estudantes expressaram, nas respostas do questionário, uma melhora na percepção sobre a importância de seu papel como cidadãos. Essa melhora pode ser atribuída à atividade prática do processo eleitoral e da liberdade de participarem da palestra, que não apenas ilustrou a teoria discutida, mas também permitiu que os alunos experimentassem as emoções e responsabilidades associadas à participação democrática.

Os dados demonstram que a pesquisa foi satisfatória. Vejamos alguns dos principais resultados.

Na pesquisa diagnóstica, 85% dos alunos afirmaram saber o que é democracia. No entanto, muitos apresentaram apenas um entendimento superficial. Já na pesquisa avaliativa, após a aplicação do produto educacional, 100% dos alunos afirmaram saber o que é democracia, demonstrando um conhecimento mais aprofundado e completo, com menções à participação popular.

Em relação ao Poder Legislativo, a pesquisa diagnóstica revelou que 65% dos alunos sabiam o que é o Legislativo, mas com uma compreensão básica de suas funções. Após o produto, na pesquisa avaliativa, 100% dos alunos demonstraram um entendimento mais sólido, destacando aspectos como a criação e fiscalização das leis.

Aplicado o produto educacional, a maioria dos alunos atribuiu notas entre 8 e 10 à importância do conhecimento sobre democracia, cidadania e gestão democrática/participativa no Ensino Médio. Destaca-se que 82,4% dos alunos atribuíram nota 10, refletindo uma percepção altamente positiva e envolvida sobre a relevância desses temas para sua formação como cidadãos no ensino médio.

A análise revela um impacto significativo do tema pesquisado para o desenvolvimento dos alunos como cidadãos participativos, tanto que 94,1% dos alunos reconheceram que o produto educacional desempenhou um papel fundamental no aprimoramento de seu conhecimento sobre cidadania, democracia e gestão democrática.

Resumidamente, os resultados da pesquisa evidenciam que a aplicação do produto educacional foi eficaz em promover uma formação cidadã mais robusta e consciente entre os alunos do ensino médio integrado. As atividades realizadas contribuíram para um entendimento mais profundo dos conceitos de cidadania e democracia, preparando os estudantes para atuarem de maneira informada e responsável em suas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa estimulou importantes reflexões sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e participativa. Ao longo do estudo, ficou evidente que a promoção de uma formação cidadã e democrática não se limita à transmissão de conteúdos básicos de ensino, mas requer a criação de experiências significativas que envolvam os alunos ativamente no processo de aprendizado.

Os resultados obtidos indicam que a aplicação do produto educacional foi eficaz em promover uma maior compreensão dos conceitos de cidadania e democracia entre os estudantes. A vivência prática do processo eleitoral, aliada à discussão, proporcionou aos alunos uma oportunidade valiosa de refletir sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos, além de estimular seu engajamento em questões sociais e políticas.

Ademais, a pesquisa ressaltou a importância da participação ativa dos alunos no ambiente escolar. As experiências vividas durante a simulação eleitoral não apenas contribuíram para o entendimento dos mecanismos democráticos, mas também fomentaram o desenvolvimento de habilidades críticas e de comunicação, essenciais para o exercício da cidadania. A capacidade dos alunos de questionar, debater e expressar suas opiniões foi ampliada, refletindo uma transformação significativa em sua postura em relação à participação política.

Outro aspecto relevante que emergiu da pesquisa foi a valorização da diversidade de opiniões e a compreensão de que o diálogo é fundamental para a construção de consensos. A abertura para questionamentos e o respeito às diferentes perspectivas durante as atividades permitiram que os alunos desenvolvessem uma atitude mais colaborativa e empática, características essenciais para a convivência democrática.

Por fim, a experiência proporcionada pelo produto educacional indica que práticas pedagógicas que integram teoria e vivência são fundamentais para a formação de cidadãos críticos e ativos. A educação, ao promover o conhecimento sobre os direitos e deveres e ao incentivar a participação nos processos democráticos, cumpre um papel central na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

A formação cidadã é um componente essencial na formação integral do aluno, pois desenvolve não apenas o conhecimento teórico, mas também habilidades práticas que são fundamentais para a atuação consciente e crítica na sociedade. Essa abordagem integrada à educação é muito importante para que os alunos se tornem cidadãos críticos e atuantes, capazes de questionar e intervir nas realidades sociais que os cercam.

Assim temos que há a necessidade de que as instituições de ensino fomentem práticas educativas que valorizem a formação cidadã e democrática. A articulação entre teoria e prática, a promoção do diálogo e a vivência democrática são elementos que devem ser integrados ao currículo escolar, contribuindo para a formação de jovens mais conscientes de seu papel na sociedade. Assim, a educação pode se tornar uma poderosa ferramenta para a promoção da cidadania e para a construção de um futuro mais justo e participativo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, M. B.; RÔÇAS, G; PEREIRA, M. V. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 12, n. 3, p.27-39, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/29108>. Acesso em: 01 out. 2024.

ARAÚJO, A. C. de. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/116/305>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.html. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. MEC. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio** - Documento Base. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

CARVALHO, M. P. *et al.* Ensino médio integrado: desafios para a consolidação de uma política educacional. **Revista de Políticas Públicas & Educação**, v. 3, n. 1, p. 21-35, 2019.

CIAVATTA, M. A; RAMOS, M. N. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista retratos da escola, Brasília**, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>. Acesso em: 10 set. 2024.

CIAVATTA, M.. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In. FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M; RAMOS, M.(orgs). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. Editora da UNESP, 1990.

KELSEN, H. **A Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NUNES, D. R.; MOSSIN, E. A.. **Uma Formação Cidadã: Bases conceituais E jurídicas sobre Cidadania, Democracia e Gestão Democrática aplicadas ao Ensino Médio Integrado**. Produto Educacional – Instituto Federal de São Paulo, Sertãozinho, 2024. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/870569>. Acesso em: 16 out. 2024.